

JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Organização da Sociedade Civil: ACREDIHTAR – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
RESGATE E EDIFICAÇÃO HUMANA DE TARUMÃ
CNPJ/MF: 19.164.591/0001-60
Endereço: Rua das Carpas, s/n, Residencial Dourados, Tarumã SP

Objeto Proposto: Atendimento especializado para prevenção, recuperação e
reinserção social de dependentes químicos no município de Tarumã.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Valor total do Repasse: R\$ 22.000,00

Vigência: 11 (onze) meses (início em 01/02/2020 e término em 31/12/2020)

Tipo de Parceria: Termo de Colaboração

Justificativa pela inexigibilidade: A Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos em referência é a única em na região que desenvolve a atividade na forma proposta, conforme especificado no respectivo Plano de Trabalho, não existindo, por esta razão, outra entidade que tenha capacidade em firmar avença com a Administração, inviabilizando, portanto, a competição. A atividade objeto do plano de trabalho proposto é, portanto, de natureza singular e a entidade é a única que desenvolve a atividade proposta, sendo de grande relevância que os serviços ofertados sejam desenvolvidos no município, seja em razão do deslocamento dos usuários, como para o fortalecimento do vínculo familiar. A referida entidade vem há anos desenvolvendo projetos em parceria com o Poder Público Municipal de maneira satisfatória em instalações adequadas, com condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades e o cumprimento das metas estabelecidas. Ademais, a parceria será firmada mediante a transferência de recursos na forma de subvenção, nos termos do inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Com relação à presente justificativa será admitida impugnação, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público em até cinco dias da data do respectivo protocolo, como forma de atender o art. 38 caput da Lei Federal nº 13.019/2014.

Tarumã, 29 de janeiro de 2020.

OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL